SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

12/06/2015 - Sinttel-ES

Telefonistas aprovam proposta de reajuste de salário e benefício

Não foi aquilo que se queria, mas o avanço no reajuste nos salários em quase 10% fez com as telefonistas e os demais trabalhadores (a)s do call center do Ciodes e da Ceturb aprovassem em assembleia, no Sinttel-ES, a proposta de renovação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT)2015/2017. A inflação até abril foi de 8,34%, portanto o reajuste obtido foi superior à inflação.

Os/as trabalhadores (as) queriam a aplicação de 100% das perdas salariais, ou seja, o INPC, mais aumento real de 5% nos salários. Chegou-se então, a proposta de 9,975%, quase 10%, sendo que a diferença entre a inflação e o reajuste é ganho real para o/a trabalhador/a. Os novos pisos passam a valer a partir do dia 1º de maio de 2015, data base da Convenção Coletiva, com o novo reajuste (veja tabela de acordo com o cargo e jornada exercidos).

Todas as cláusulas sociais foram mantidas e ainda há novidades no auxílio-creche: houve aumento do tempo de permanência para até 10 meses. A Cesta básica recebeu reajuste de 13,88%, e desconto de R$ 2,46, ficando o benefício em R$ 70,53. O Auxílio Alimentação/Refeição – passou para R$ 8,80, com reajuste de 10%.

O Sinttel-ES realizou uma rodada de assembleia e a categoria compareceu e autorizou o sindicato a assinar o ACT com o Seaces, sindicato patronal que negocia pelas empresas.

Telefonista, operador de telefonia, operadores de telemarketing, operador de teleatendimento, rádio operadores, operador de rádio chamada.

JORNADA	MAIO/2014 SALÁRIO/MÊS	MAIO/2015 SALÁRIO/MÊS
4 HORAS	904,51	997,74
5 HORAS	1.026,98	1.239,40
6 HORAS	1.352,12	1.487,00

Rádio operadores bilíngües e telefonistas bilíngües.

JORNADA	MAIO/2014	MAIO/2015 SALÁRIO/MÊS
4 HORAS	1.093,68	1.202,78
5 HORAS	1.366,78	1.503,12
6 HORAS	1.638,86	1.802,34

Principais direitos assegurados

– reposição integral da inflação
– aumento real
– cesta básica de alimentos
– Auxílio-Alimentação/Refeição
– Auxílio-creche
– Seguro de vida
– acesso a financiamento
– reaproveitamento profissional

Fique por dentro da proposta aprovada. A Convenção Coletiva está em processo de registro no Ministério do Trabalho e Emprego. Mas já está valendo.Em caso de não cumprimento do novo ACT, é ligar para o Sindicato.

http://sinttel-es.org.br/novo/wp-content/uploads/2015/05/canaldevoz773.pdf

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

12/06/2015 - Telesíntese

Qualidade da banda larga no Brasil ainda está abaixo das metas da Anatel

Em mais da metade dos estados brasileiros e Distrito Federal houve operadoras e concessionárias que entregaram banda larga com velocidade inferior a da estipulada pela agência.

Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e a Entidade Aferidora da Qualidade (EAQ), que mede a entrega da banda larga no país, divulgaram dados sobre a qualidade dos serviços de conexão rápida no país de janeiro a março. E o resultado não é bom. Em mais da metade dos estados e Distrito Federal pelo menos uma empresa ofereceu os serviços abaixo das metas estipuladas pela agência.

No caso da telefonia móvel, a TIM é a empresa que menos atingiu as metas em todos os meses. A operadora entregou conexões com velocidade instantânea abaixo da meta em nada menos que 16 estados em janeiro, do total de 26, em 12 em fevereiro e em 16, novamente, em março. A velocidade média também ficou abaixo das metas em seis estados em janeiro e fevereiro, e em cinco estados em março.

A Oi é a segunda colocada em frustrar as metas. Na telefonia móvel, a empresa entregou velocidade instantânea abaixo do esperado em nove estados em janeiro, dez em fevereiro, e oito em março. Em velocidade média, a entrega ficou abaixo da meta em seis estados nos dois primeiros meses do ano, e em quatro em março.

A Vivo vem em seguida, com desempenho aquém das metas em cinco estados em janeiro, em quatro em fevereiro, e em dois em março. A velocidade média não foi atingida em um estado em janeiro e em dois em fevereiro. A Algar Telecom não entregou o mínimo em velocidade instantânea em dois estados em janeiro, em um em fevereiro, e em quatro em março. A velocidade média mensal ficou abaixo do esperado em três estados. A empresa opera telefonia móvel em quatro estados. A Nextel atendeu as metas em todos os meses. A empresa, porém, atua em menos áreas: 12 estados.

As metas da Anatel determinam que as empresas devem, entre outras coisas, entregar velocidade instantânea de no mínimo 95% do contratado pelo usuário, e velocidade média mensal de 80% do contratado.

Banda Larga Fixa

Neste quesito, as provedoras de acesso falharam em menos estados quanto a entrega da velocidade, embora tenha havido problemas de latência, perda de pacotes ou mesmo de disponibilidade em locais onde as metas de velocidade foram respeitadas. A Oi, empresa com maior cobertura de banda larga fixa, foi a que menos atendeu às metas.

A concessionária deixou de entregar 95% da velocidade instantânea em 13 estados em janeiro, em 12 em fevereiro, e em 16 em março. A velocidade média ficou aquém do estipulado pela Anatel, de 80% do contratado, em seis, nove e dez estados a cada mês. A unica praça em que a Oi não provê acesso é em São Paulo.

A GVT foi a segunda provedora que mais descumpriu as metas. Os usuários não obtiveram a velocidade instantânea contratada em cinco estados em janeiro, em quatro em fevereiro, e e três em março. Em nenhum estado, porém, entregou velocidade média abaixo do exigido pela Anatel. A GVT oferece banda larga em 16 estados.

A NET não atendeu o objetivo de velocidade instantânea em dois estados em janeiro e fevereiro, e em quatro em março. A velocidade mensal média não foi atingida em um estado em fevereiro e em um estado em março. Outras provedoras, como Algar e Telefônica Vivo também deixaram de atender as metas instantâneas em pelo menos um estado no período. Os relatórios completos, com a performance exata de cada empresa podem ser vistos nestes links: Janeiro de 2015, Fevereiro de 2015 e Março de 2015.

As medições da banda larga fixa são feitas por aparelhos instalados na casa de voluntários inscritos a EAQ, sorteados a cada mês. No caso da banda larga móvel, a entidade seleciona aleatoriamente escolas públicas cobertas por redes celulares, e instala medidores nestas escolas.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

12/06/2015 - Teletime

Telefónica comemora aumento na rentabilidade e critica regulação

Assembleia geral de acionistas da Telefónica aprovou nesta sexta-feira, 12, o programa de remuneração a acionistas, que inclui dividendo anual de até 0,75 euro por ação em 2015, além da amortização de 1,5% do capital social em tesouraria. Em comunicado, o presidente do grupo espanhol, César Alierta, afirmou que a empresa "mantém um firme compromisso de remuneração com seus acionistas, uma clara prioridade para a companhia". Ele estima a rentabilidade de 5,8% em relação aos preços atuais em 2015, o que ele afirma ser a maior taxa entre "as grandes de telecomunicações".

Por conta disso, a Telefónica deve propor para 2016 uma distribuição de dividendos de 0,75 euro por ação em efetivo e uma nova amortização de 1,5% – ambos condicionados ao fechamento da venda da O2, no Reino Unido, por 14 bilhões de euros para o grupo Hutchison Whampoa, de Hong Kong. A empresa afirma ter registrado uma "revalorização de 9,3% desde o começo do ano". "Este aumento no preço da ação, junto aos dividendos distribuídos neste último período, supõem uma rentabilidade total para o acionista de mais de 40%."

Alierta ressaltou ainda que a consolidação nos mercados europeu (com a compra da E-Plus na Alemanha) e brasileiro (com a GVT) teve importante papel na revitalização, incluindo a redução do nível da dívida em mais de 13 bilhões de euros até o final do ano passado.

Regulação no acesso

O CEO do grupo que controla no Brasil a Telefônica/Vivo ainda aproveitou a ocasião da assembleia em Madri para enfatizar o planejamento da empresa em se transformar para a nova realidade de mercado em ao utilizar o termo de marketing "telco digital". Mas a ideia foi também cutucar as regras de governo (sem endereçar se falava da Espanha ou de outros países) para o setor. "A economia digital precisa de novas infraestruturas digitais, que requerem das operadoras um importante esforço de investimento. A regulação deve também se adaptar a esta exigência, criando um ambiente mais favorável para o investimento mediante uma simplificação da regulação do acesso que proporcione maior flexibilidade comercial e que fomente a cooperação e o compartilhamento de riscos", disse ele.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

11/06/2015 - Rede Brasil Atua

Por um plano de investimento que quebre o monopólio da Globo

Em 1970, o Brasil tinha 90 milhões de habitantes e o televisor era inacessível para muitos lares. Muita coisa mudou, mas as emissoras que viraram redes nacionais são praticamente as mesmas

Apesar dos urubólogos de plantão, o Plano de Investimento em Logística, anunciado na terça-feira (9) pelo governo brasileiro tem tudo para dar certo. E o motivo é muito simples: é um bom negócio e de pouco risco. Existe muito dinheiro ocioso no planeta em busca de porto seguro, que não seja apenas o capital especulativo, de alto risco. E colocar o dinheiro em ferrovias, rodovias, portos e aeroportos em um país com demanda crescente como é o caso do Brasil oferece a segurança necessária para diversificar investimentos de longo prazo.

Mas tem outros setores da economia que estão travados e a caminho de uma crise setorial pela obsolescência do modelo que trava novos investimentos. É o caso da TV aberta. A tecnologia avançou muito, a sociedade brasileira também, os equipamentos baratearam, mas a estrutura de oligopólio continua a mesma dos anos 1970, o que não atrai novos investimentos e não gera novos empregos no setor.

O modelo de negócios da TV aberta está tão travado e arcaico que não acompanhou nem a evolução socioeconômica dos domicílios brasileiros. Hoje, é comum ter dois televisores mesmo em casas de famílias consideradas de baixa renda que não dispõem de TV por assinatura. No mesmo horário, enquanto uma pessoa poderia assistir futebol no quarto, outra poderia ver novela na sala, multiplicando a audiência simultânea, a receita de anúncios no setor, e gerar mais empregos para artistas, técnicos, jornalistas, esportistas.

Mas do jeito que está hoje, mesmo com queda de audiência ano a ano, existe uma rede de televisão hegemônica, a Rede Globo, que, com a concentração de poder econômico, domina o mercado de produção de novelas e, através de conchavos com a cartolagem do futebol, há anos detém os direitos de transmissão de quase todos os campeonatos nacionais de futebol de grande interesse. Com essa concentração da programação nas mãos da mesma emissora, tira do espectador o direito à escolha do que quer ver na TV aberta.

Pausa para lembrar que o horário tardio que a TV Globo impõe aos jogos, depois da novela, espanta o público dos estádios. Esta imposição da emissora conseguiu a façanha de fazer o público médio por jogo do Campeonato Brasileiro ser menor do que o do campeonato da liga estadunidense de futebol, país onde este esporte é bem menos popular do que no Brasil.

Hoje a tecnologia digital permite ter mais de 100 canais simultâneos na mesma localidade, mas praticamente só vemos a expansão de canais religiosos e canais públicos como TV Senado, TV Câmara e de Assembleias Legislativas. Há muitos canais disponíveis sem estarem preenchidos à espera de interessados. Isso mostra um ambiente de negócios desfavorável a novos investimentos, situação que só interessa ao oligopólio de redes de TVs atuais, para não serem incomodadas por novos concorrentes. Mas é prejudicial ao cidadão telespectador e aos trabalhadores deste setor da economia.

Para não permitir a entrada de concorrentes, os atuais donos da televisão fazem propaganda enganosa. Dizem que mudanças na legislação seria interesse do governo em "censurar" ou "controlar a mídia". Argumento que seria piada se não fosse pura má fé. Afinal, quanto mais canais de TV, mais difícil controlar o que chega ao telespectador. Não é a toa que a ditadura apoiada pela TV Globo, que praticou a censura, estimulou a concentração do setor em poucas redes de TVs centralizadas e com donos escolhidos a dedo na hora de dar a concessão.

Até para evitar esse tipo de crítica de má-fé, seria melhor parar de usar a expressão "regulação econômica da mídia" e passar a usar "Programa de Investimento em TV aberta". Assim os lobistas das Organizações Globo ficarão sem argumentos, pois como dizer que são contra investimentos para melhorar seu próprio setor? Só se confessarem que não querem largar o osso do oligopólio, coisa vedada pela Constituição Federal, apesar de burlada permanentemente.

Em 1970, o Brasil tinha 90 milhões de habitantes e o preço do televisor ainda era pesado, inacessível para muitos lares. De lá para cá a população passou de 200 milhões e televisor é artigo popular, mas as grandes emissoras que viraram redes nacionais são praticamente as mesmas de 45 anos atrás, só mudando de dono e de nome no caso das redes menores. Convenhamos que tem alguma coisa errada neste modelo estagnado.

Além disso, todas as concessões públicas com fins lucrativos têm de pagar pela outorga (a não ser nos casos em que há tarifas e o custo da outorga é abatido na tarifa). Mas as TVs Globo, Record, SBT, Bandeirantes, Rede TV, CNT, ganharam a outorga praticamente de graça e sem disputarem leilão. O setor de telefonia celular pagou milhões para ter direito de explorar frequências eletromagnéticas equivalentes, o que demonstra o quanto a TV aberta deixou de pagar ao povo brasileiro. Já passou da hora de passar a pagar pelo menos um pouco daqui para frente, com valores progressivos e justos, proporcionais à capacidade contributiva de cada emissora.

Sem um "Programa de Investimento em TV aberta" semelhante ao de logística, o setor entrará em crise mais rápido, assim como já ocorre com jornais e revistas em papel, prejudicando o crescimento econômico e a geração de empregos.

A internet, por natureza, já tira uma parte da audiência das TVs. Mesmo assim, a TV por assinatura está em crescimento, ainda que modesto, enquanto a TV aberta está em queda livre de audiência, justamente porque o modelo de programação está estagnado desde os anos 1970.

Houvesse diversidade vibrante nas transmissões esportivas, em noticiários, em shows, em humorísticos, novelas, séries, filmes, a soma da audiência dos canais abertos seria maior, mas é claro que esse bolo da audiência seria dividido entre os diversos canais. Melhor para os 200 milhões de brasileiros, para os trabalhadores do ramo, para novos empreendedores em novos canais, e pior apenas para os atuais donos do atual oligopólio televisivo que terão de enfrentar concorrência.

Mas já ganharam demais e, se não perderem um pouco para concorrentes, perderão de qualquer forma pelo abandono do telespectador que, cansado de não ter escolha no controle remoto, irão mais cedo do que o esperado para a internet, para serviços como o Netflix e assemelhados.

Pois se justificou fazer um programa de investimento em logística para o tráfego de gente e coisas, também justifica fazer um programa de investimento para o tráfego de informações em TV, para oxigenar e dinamizar o setor. Claro que é bem-vinda também a nova etapa do Plano Nacional de Banda Larga prometida e também um plano de investimento ambicioso para geração de conteúdos digitais para a internet – artísticos, culturais e jornalísticos –, mas vamos nos concentrar na TV aberta nesta nota.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

12/06/2015 - RBA

Terceirização aumenta fatores de risco de acidentes na construção civil

7 dos 9 trabalhadores mortos nas obras dos estádios da Copa do Mundo de 2014 eram terceirizados

A construção civil é o setor que lidera os acidentes e mortes no trabalho. A jornalista da Rádio Brasil Atual, Em sua coluna semanal na Rádio Brasil Atual, a especialista em saúde do trabalho, Maria Maeno, diz à jornalista Terlânia Bruno que a construção civil é o setor da economia que lidera os acidentes de trabalho, muitos deles fatais. Maeno afirma também que os trabalhadores da construção civil são os que mais sentem os impactos da utilização de mão de obra terceirizada.

"Se consideramos somente os empregados que são vinculados ao ramo econômico da construção civil, e o anuário estatístico do INSS até 2013, morrem em média 400 trabalhadores do setor a cada ano no Brasil. A participação do setor no total de acidentes fatais tem aumentado, de 2006 a 2013 passou de 10,1% para 17,5%", explica.

Maeno explica por que as empresas seguem o padrão de responsabilizar o trabalhador pelas condições em que ocorrem os acidentes, mas que as verdadeiras responsáveis são elas mesmo. "Muitas vezes, as regras de fato são desrespeitadas por imposição do ritmo de trabalho. A obra precisa acabar em um determinado prazo e a empresa estimula o trabalhador a não seguir as regras".

Ela ressalta que a terceirização é outro fator determinante. "Vale lembrar que 7 dos 9 trabalhadores mortos nas obras dos estádios da Copa do Mundo de 2014 eram terceirizados. Portanto, há uma terceirização das atividades que envolvem maior risco, e também há uma maior tendência, uma individualização do risco, e um isolamento dos terceirizados, que têm a resistência organizada diminuída para enfrentar esses riscos."

Segundo a colunista, apenas o Ministério do Trabalho e Emprego e o Sistema Único de Saúde são os responsáveis pela fiscalização do setor e que enfrentam dificuldades para exercer as funções. "Os auditores estão em número reduzido, longe do que deveríamos ter, e não existe uma priorização daquelas atividades de maior risco. No SUS também existe uma deficiência para que se fiscalize as condições de trabalho, e temos milhares de canteiros de obras no país inteiro. Teria que haver uma sistematização e uma metodologia para que fossem prevenidos os acidentes e as doenças relacionadas ao trabalho."

Para Maeno, é a organização do fluxo de trabalho a grande responsável pelos acidentes e doenças na construção civil. "O ritmo das atividades, como o funcionário é obrigado a trabalhar. A terceirização faz com que os trabalhadores obedeçam a uma lógica que aumenta o ritmo de trabalho para dar conta do prazo estipulado. Esses fatores são determinantes para a ocorrência dos acidentes. "

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

14/06/2015 - Vermelho

"Mundo pode aprender com o SUS", diz publicação internacional

"O mundo pode aprender algumas lições com a experiência brasileira". A avaliação foi publicada pelo The New England Journal of Medicine, um dos mais importantes semanários na área de pesquisa em saúde do mundo. Segundo o semanário, Brasil promoveu a ampliação do acesso da população à assistência médica pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e inovou ao aperfeiçoar uma abordagem de atendimento voltada para a saúde básica nas comunidades.

Assinado por James Macinko, Phd em Saúde e Política Social, e Matthew James Harris, médico especializado em saúde pública, o artigo traça um panorama detalhado da história do SUS, desde suas origens no Ceará, na década de 1990, até a estruturação em território nacional do Estratégia Saúde da Família (ESF).

O texto considera "notável" a evolução do ESF, observando que, em 1998, havia cerca de dois mil grupos com 60 mil agentes de saúde para atender sete milhões de pessoas no País. Em 2014, aponta o artigo, 29 mil equipes já incorporavam 265 mil agentes comunitários, com o adicional de 30 mil agentes de saúde bucal, para atender 120 milhões de brasileiros.

"Talvez o mais importante componente do Estratégia Saúde da Família seja o uso extensivo e eficaz dos agentes comunitários de saúde. Cada agente cuida de cerca de 150 famílias em uma área micro-geograficamente definida pelo eixo de atuação – geralmente a mesma onde o agente vive", elogiam os autores.

O artigo ainda afirma que o programa foi projetado para executar vários aspectos da assistência pela saúde básica e reflete as melhores práticas de atendimento. Além disso, chama a atenção para o fato de que a expansão do programa e o foco nas comunidades mais carentes reduziu as desigualdades no acesso à saúde pela população.

Planejamento e visão de longo prazo

Para Macinko e Harris, apesar de o Brasil enfrentar dificuldades para aumentar o financiamento da saúde pública, "o mundo pode aprender algumas lições com a experiência brasileira". Segundo os dois pesquisadores, o atendimento básico a comunidades funciona se feito de maneira adequada. "Isso exige um planejamento sólido, visão de longo prazo, compromisso político e financiamento".

O artigo aborda a história de dois pacientes que foram atendidos com sucesso pelo SUS, dentro do programa Estratégia Saúde da Família. O primeiro é o de uma jovem grávida, que recebeu visitas regulares de agentes de saúde durante o pré-natal e acompanhamento após o parto. Outro caso relata o atendimento de um homem que sofreu um infarto do miocárdio e foi submetido a um bem sucedido tratamento que incluiu o uso de medicamentos e mudanças de hábitos alimentares.

200 anos de avanços

The New England Journal of Medicine foi criado em Boston há mais de dois séculos, em 1812. De lá para cá, promoveu pesquisas e acompanhou os mais importantes avanços da medicina mundial. Entre suas principais contribuições, estão o registro da primeira demonstração pública do uso de anestesia com éter, em 1846, e uma descrição completa do processo de ruptura de disco da coluna vertebral, em 1934.

O semanário também documentou os primeiros tratamentos bem sucedidos de leucemia infantil em 1948 e o aparecimento da AIDS e as sucessivas formas de tratamento aplicadas. A revista cultiva hoje mais de meio milhão de leitores semanais em 177 países.